



ENCONTRO ESTADUAL de REPRESENTANTES SINDICAIS SINDIÁGUA/RS

“Conjuntura do Saneamento e PPP’s”

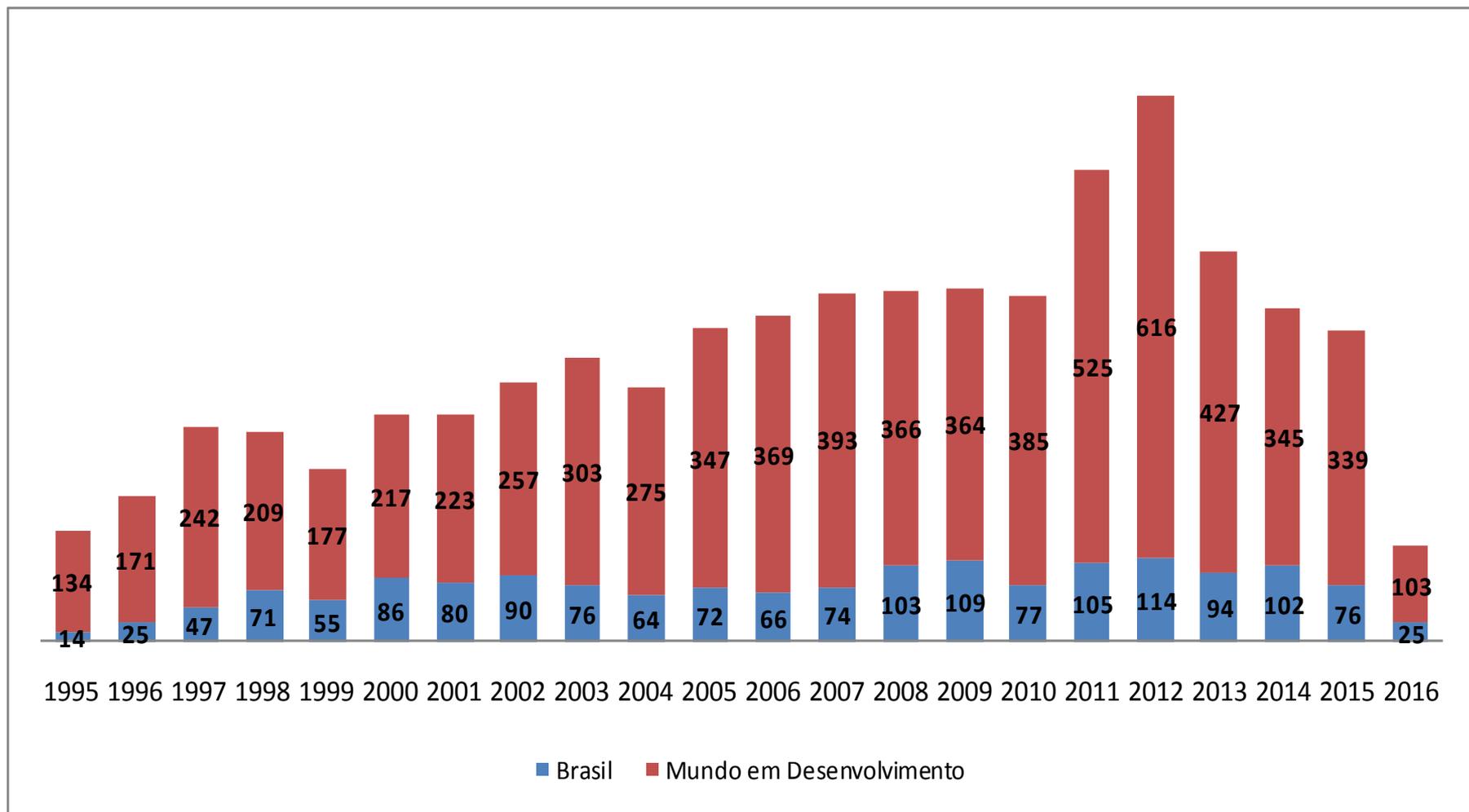
Gustavo Teixeira

Técnico do DIEESE – FNU.

ROTEIRO

- PPPs
- Privatização no Brasil
- Reestatização no mundo
- Indicadores de acesso aos serviços
- Indicadores de preço dos serviços
- Indicadores do emprego no setor

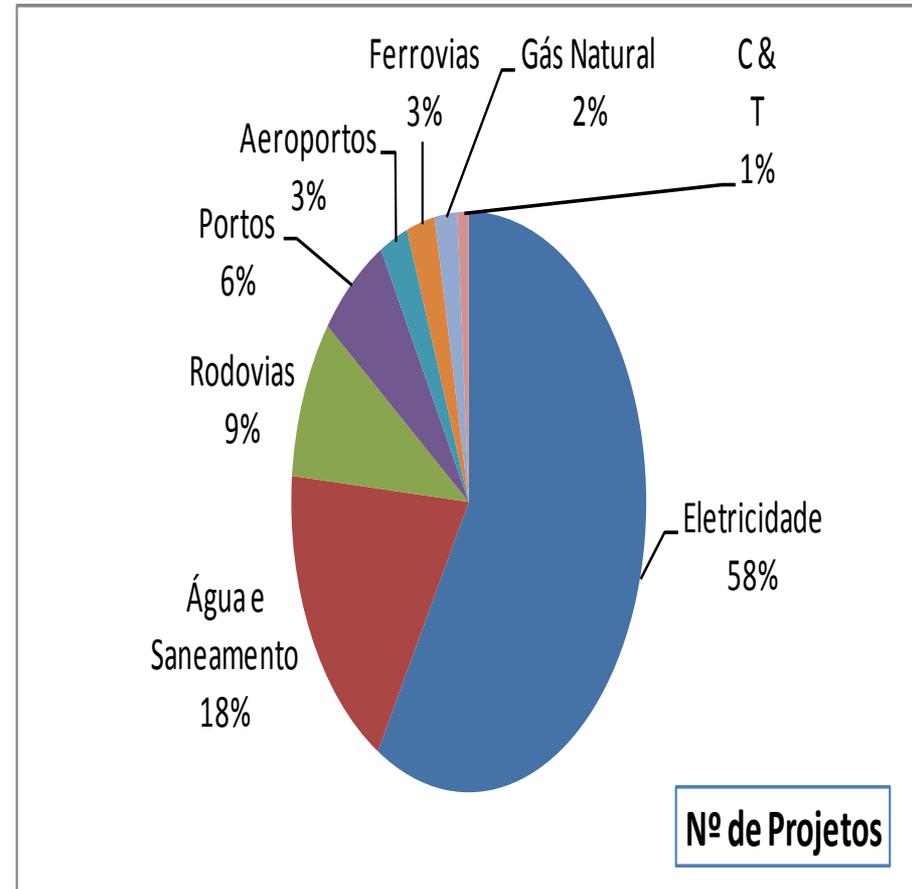
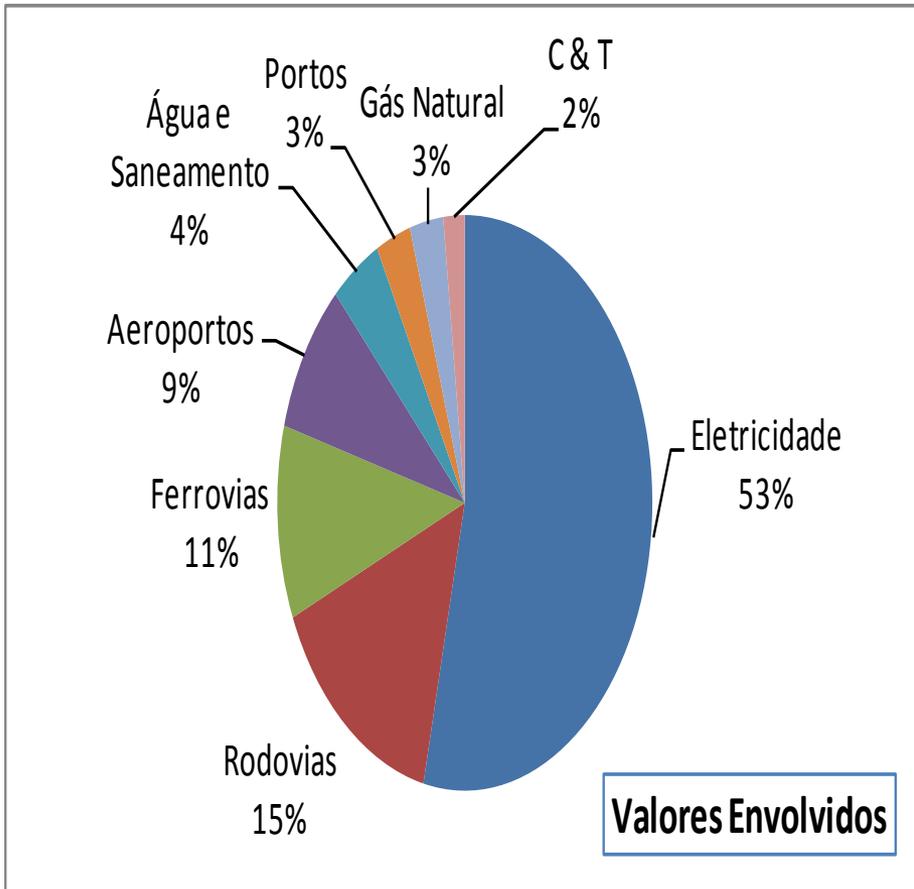
Número de Projetos de PPPs Ativas - Brasil e países em desenvolvimento, 1995 a 2016



Fonte: Word Bank Private Participation in Infrastructure Database.

Elaboração: IBASE

Número de Projetos e Valores de PPPs Ativas no Brasil – por setor, 1995 a 2016



Fonte: World Bank Private Participation in Infrastructure Database.

Elaboração: IBASE

Privatização no setor de saneamento

Programa de privatização

1. Lei 13.334/2016 (PPI) – Resolução n. 4
2. Processo de renegociação das dívidas dos estados com a União (Lei Complementar nº 156/2016, antigo PLP 257) e novo regime fiscal (Emenda Constitucional nº 95/2016, antiga PEC 241/2016).
3. Regime de recuperação fiscal dos estados.
4. “Diagnóstico Saneamento” da Casa Civil da Presidência da República.

Privatização no setor de saneamento

1. O acesso à água e ao saneamento são direitos reconhecidos pela ONU.
2. Água é um recurso finito e escasso: crescimento de 55% da demanda mundial de água até 2050. No entanto, 20% dos aquíferos já estão sobre explorados.
3. Disputa entre “usos” e “usuários” perpetua desigualdades e leva a conflitos. Diversas pesquisas internacionais têm apontado a escassez da água como principal fonte da crescente tensão no Oriente Médio, no norte da África e na Ásia.
4. Entre 2005 e 2014 foram registrados no Brasil 758 conflitos pela água no campo, envolvendo 322 mil famílias.

Privatização no setor de saneamento

Tipos de conflitos no campo pela água, Brasil, 2005-2014

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Apropriação Particular	7	9	7	5	13	9	2		7	23	86
Barragens e Açudes	30	16	33	33	17	31	35	38	43	49	325
Uso e preservação	33	20	47	8	16	47	32	37	51	55	346
Sem informação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	71	45	87	46	46	87	69	79	101	127	758

Fonte: Comissão Pastoral da Terra (2015)

Privatização no setor de saneamento

Reservas de água

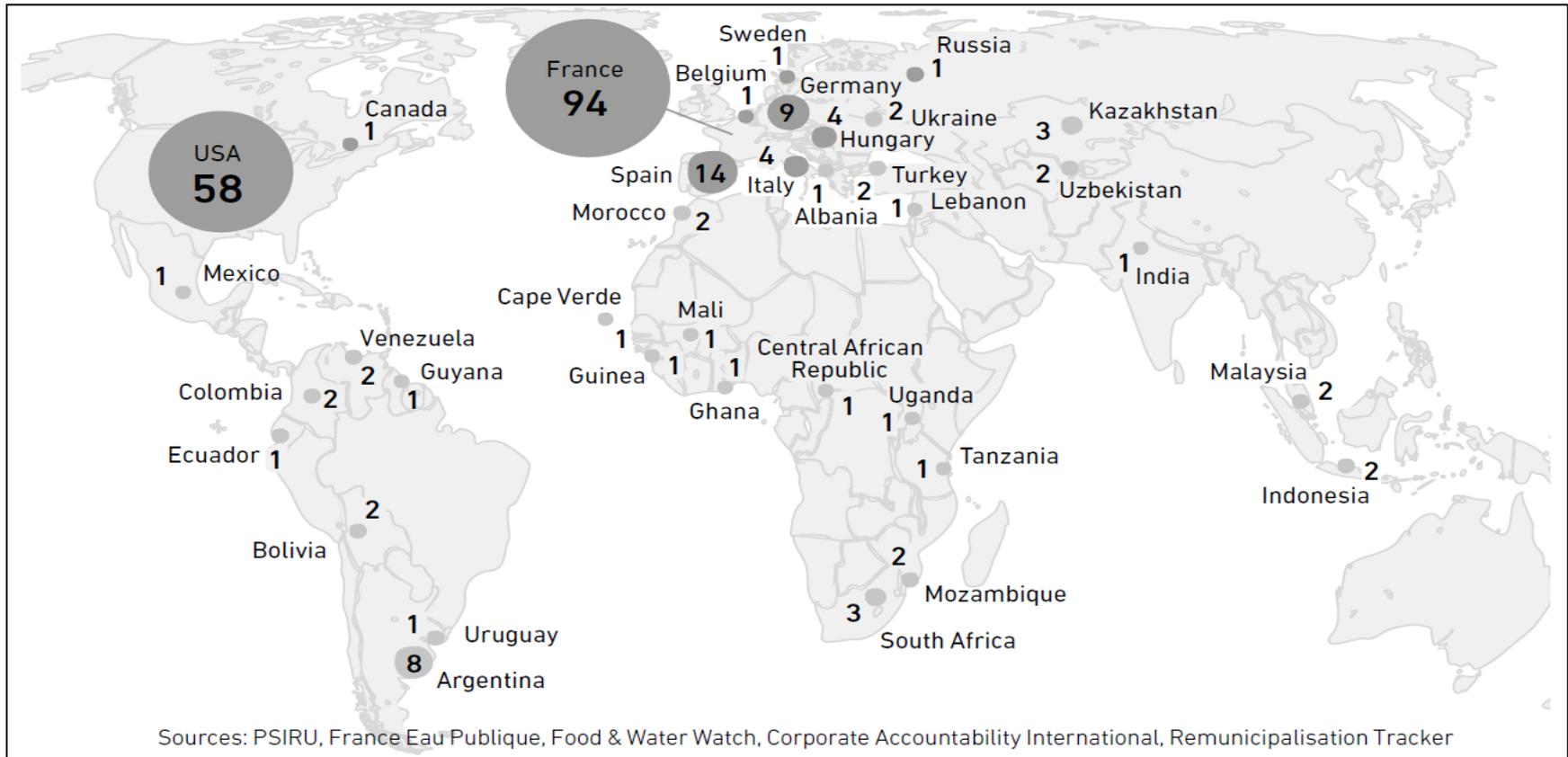
Até o ano de 2050 prevê-se um aumento de 55% na demanda hídrica mundial, em razão da crescente demanda do setor industrial, dos sistemas de geração de energia e do consumo doméstico

(Relatório Mundial das Nações Unidas sobre desenvolvimento hídrico, 2015)

Comparativo entre o SAGA e o Aquífero Guarani



Reestatização - Cidades que remunicipalizaram os serviços de água e saneamento entre 2000 e 2015.



Fonte: *Our public water future: the global experience with remunicipalization* (2015, p. 17).

No período de 2000 a 2015 foram identificados 235 casos de remunicipalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento em 37 países, a maioria deles (184 casos) em países desenvolvidos (de renda elevada).

Reestatização - Cidades que remunicipalizaram os serviços de água e saneamento entre 2000 e 2015.

- Justificativa: a experiência direta com problemas comuns na gestão privada da água, desde a falta de investimento em infraestruturas até o aumento das tarifas e danos ambientais. Razões universais: desempenho medíocre das empresas privadas, disputa sobre custos operacionais e aumentos dos preços, dificuldade em monitorar os operadores privados, falta de transparência financeira e despendimento de mão de obra e baixa qualidade dos serviços.
- A maioria dos casos ocorreu por meio da rescisão dos contratos (92). Ou seja, os contratos privados revelaram-se tão insustentáveis que os municípios resolveram remunicipalizar mesmo sabendo que poderiam indenizar as empresas privadas. A melhor forma de evitar custos com remunicipalização é não privatizar, mas esses casos demonstram que rescindir um contrato privado é possível e menos oneroso do que sustentar a privatização no longo prazo.

Reestatização - Cidades que remunicipalizaram os serviços de água e saneamento entre 2000 e 2015.

Mensagens aos políticos:

- Evitar a privatização ou PPP's: além de não resultarem nas prometidas gestões mais eficientes e em inovações, as privatizações têm trazido efeitos negativos no longo prazo para as comunidades locais e governos. Uma vez assinado o contrato, sua rescisão é dificultada pelo risco de pagamento de indenizações multimilionárias.
- Remunicipalização é “uma cura viável” às privatizações: os 237 casos têm muito a ensinar sobre processos bem sucedidos de remunicipalização. Também é uma oportunidade para “reinventar” os serviços públicos locais.

Privatização no setor de saneamento

Experiências com o setor privado no saneamento no Brasil

Seis empresas do segmento privado concentram cerca de 95% dos negócios privados: OAS, GS Inima, Odebrecht Ambiental, Águas do Brasil, Aegea e Cab Ambiental.

Operações recentes

- O grupo japonês Itochu adquiriu 49% da participação da Queiroz Galvão na concessionária Águas do Brasil.
- O fundo de investimento canadense Brookfield comprou os ativos da Odebrecht Ambiental.
- O fundo de investimento GIC de Cingapura elevou sua participação no grupo Aegea.

Privatização no setor de saneamento

Experiências com o setor privado no saneamento no Brasil

Três casos emblemáticos:

1. PPP do governo do estado de Pernambuco e a Odebrecht Ambiental: diversas irregularidades apontadas pelo TCE, desde atraso nas obras a problemas com a composição das tarifas.
2. Concessão parcial entre a Odebrecht Ambiental e a Saneatins em Tocantins: abertura de duas CPIs e cinco inquéritos investigativos pelo MPE, problemas vão desde aumento ilegal das tarifas, cobranças abusivas, destruição de ruas para instalação de equipamentos, cobrança de tarifa mínima em contas suspensa, classificação de consumidores residenciais como consumidores industriais, etc.
3. Concessão plena entre a prefeitura da cidade de Manaus e a Manaus Ambiental (uma parceria ente os grupos Águas do Brasil e o grupo Solví), no estado do Amazonas: CPI para investigar irregularidades na prestação do serviço e no contrato com antiga empresa Águas do Amazonas que era do grupo francês Suez.

Reestatização no Brasil?

Em Itu – Governo do Município e a empresa privada Águas de Itu desde 2007.

A prefeitura decretou intervenção em junho de 2015 e encerrou o contrato de concessão.

O objetivo é adotar medidas para evitar a repetição da crise que levou a cidade a um profundo e longo racionamento de água, durante fevereiro de 2014 a janeiro de 2015 (ASSEMAE, 2017).

O principal motivo que levou ao rompimento com a gestão privada em Itu foi o não cumprimento dos investimentos previstos em contrato. Além disso, auditoria realizada na concessionária revelou várias irregularidades na prestação do serviço, desde aumento abusivo de tarifa a sucateamento de equipamentos e instalações.

Reestatização no Brasil?

Tocantins – Governo do Estado e Odebrecht Ambiental (vendida recentemente para a Brookfield – fundo de investimento canadense).

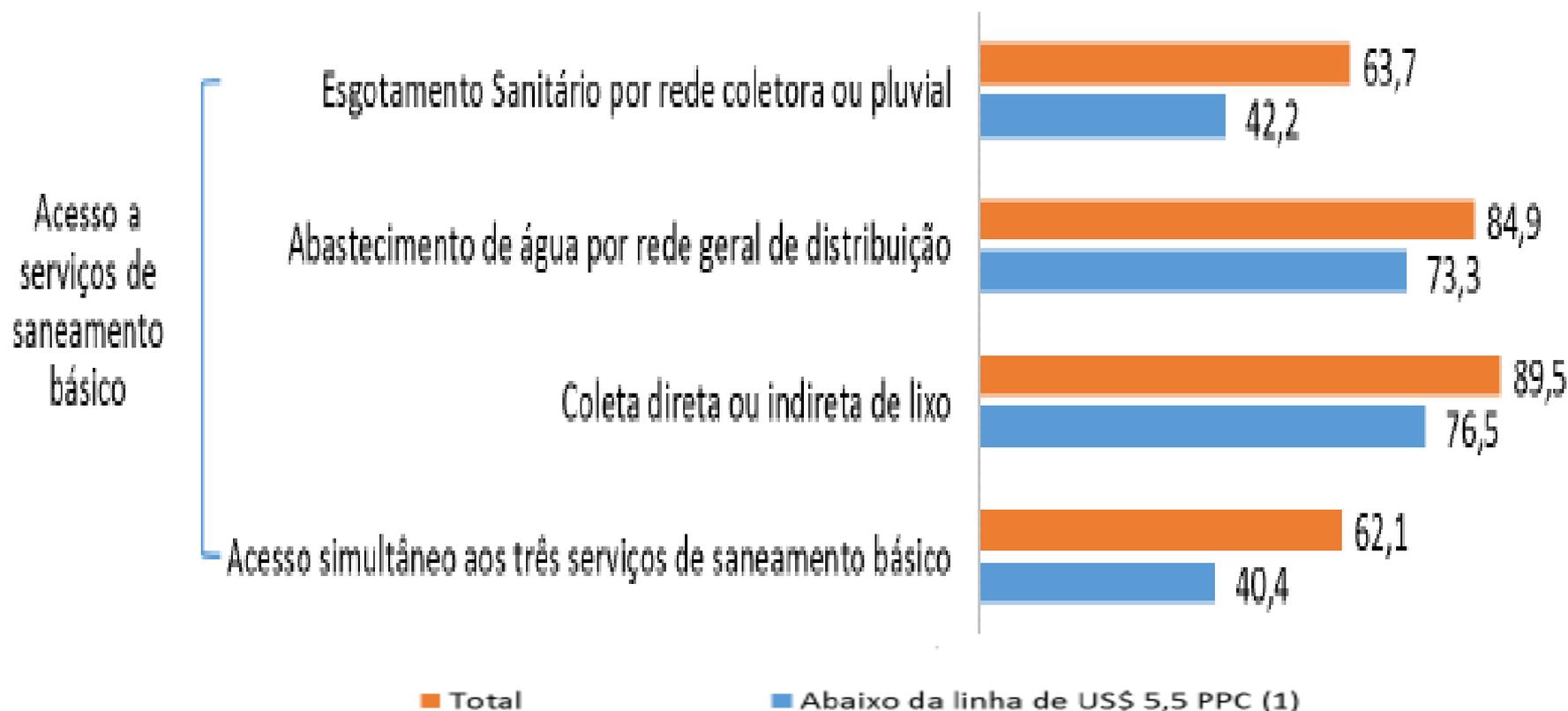
Foram instaladas 2 Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa para investigar a Saneatins/Odebrecht Ambiental.

O Ministério Público Estadual abriu 5 procedimentos de investigação.

Desde maio de 2013, a Agência (ATS) assumiu a operação dos serviços de saneamento, conforme Protocolo de Intenções ajustado em agosto de 2010 entre a Saneatins e o governo estadual.

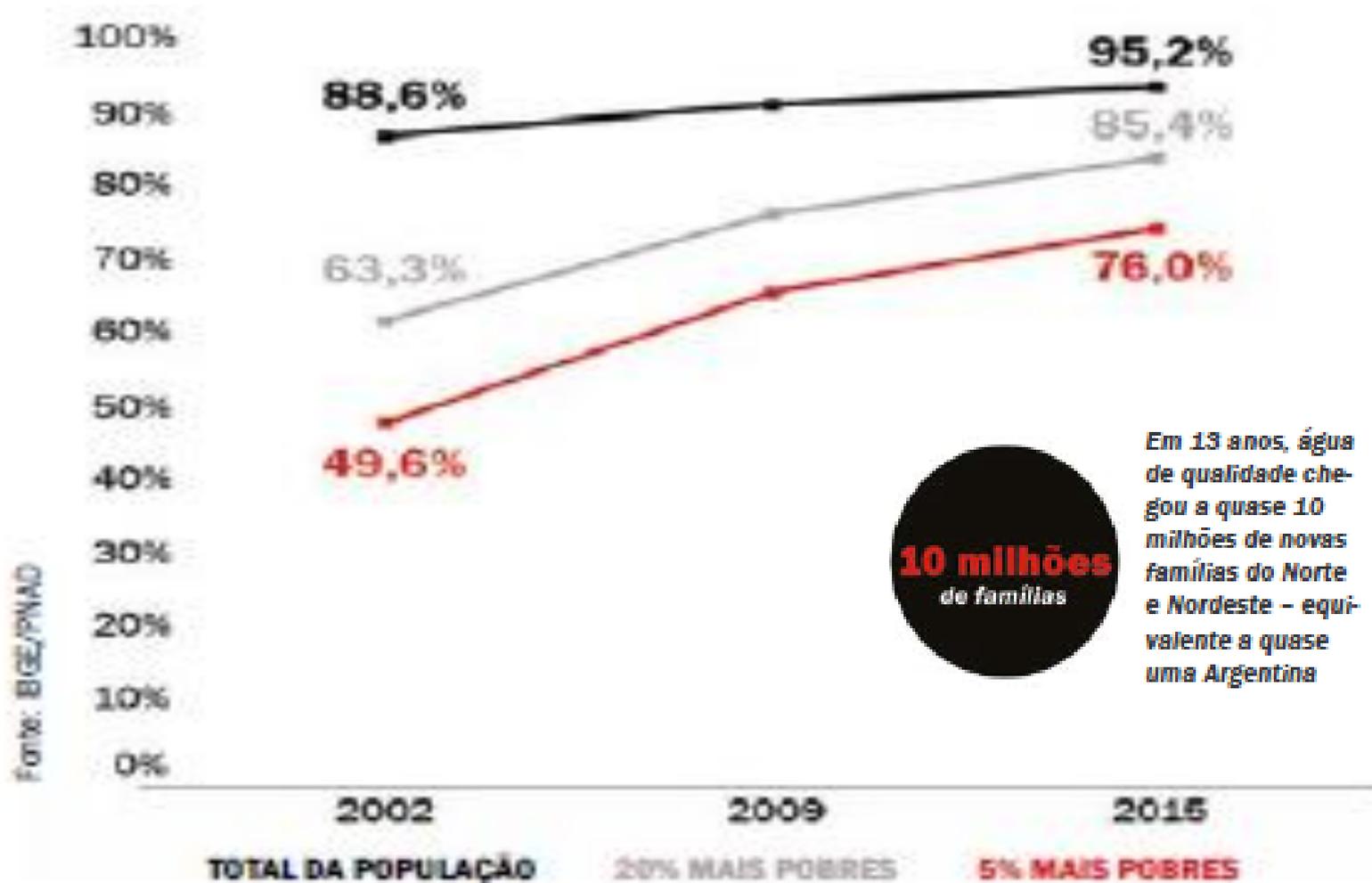
(Re)privatização? A ATS é uma das empresas listadas no programa de desestatização do governo federal (PPI).

Proporção das pessoas residentes em domicílios particulares, total e com rendimento domiciliar per capita abaixo de US\$ 5,5 PPC por dia, segundo características do domicílio - Brasil - 2016



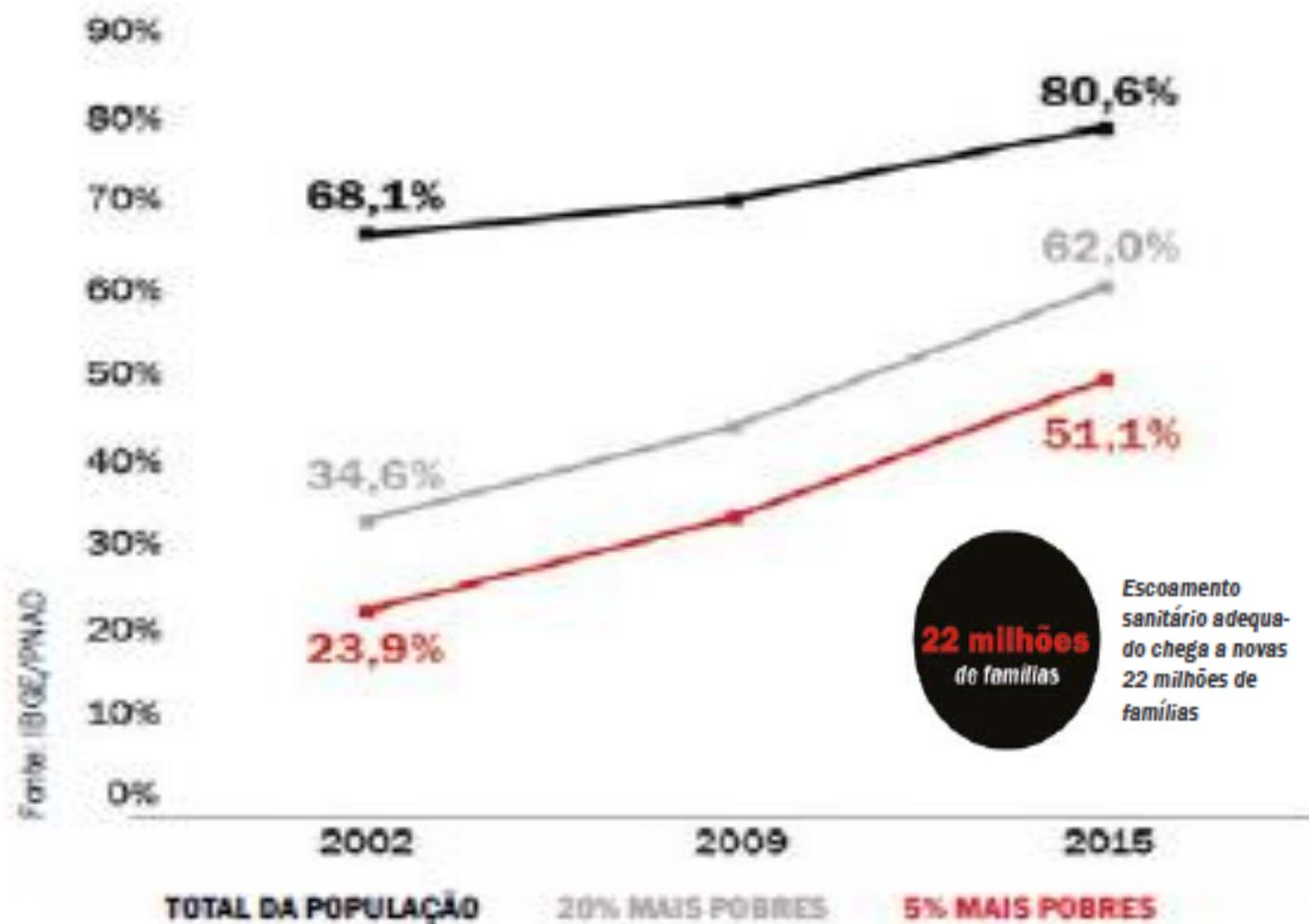
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016, consolidado de primeiras entrevistas. (1) Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, inflacionado pelo IPCA para ano recente. Exclui-se as pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. (2) Considera-se como de material durável as paredes de alvenaria (com ou sem revestimento), de taipa revestida, e de madeira apropriada para construção. Considera-se como de material não durável as paredes de taipa não-revestida, de madeira aproveitada e de outros materiais. (3) Considera-se que há adensamento excessivo no domicílio em que há mais de 3 moradores por dormitório. (4) Considera-se que há ônus excessivo com aluguel nos domicílios alugados onde o valor declarado do aluguel iguala ou supera 30% da renda domiciliar declarada, exclusive domicílios sem rendimento, sem declaração de rendimentos, ou sem declaração do valor do aluguel.

Percentual de domicílios particulares com acesso à água por rede geral, poço ou nascente com canalização interna, por faixa de renda



Fonte: Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás.
Coord. Tereza Campello. 2017.

Percentual de domicílios particulares com esgotamento sanitário adequado, por faixa de renda



Fonte: Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. Coord. Tereza Campello. 2017.

Inflação 2017

IPCA - Variação e impacto da Taxa de água e esgoto em 2017

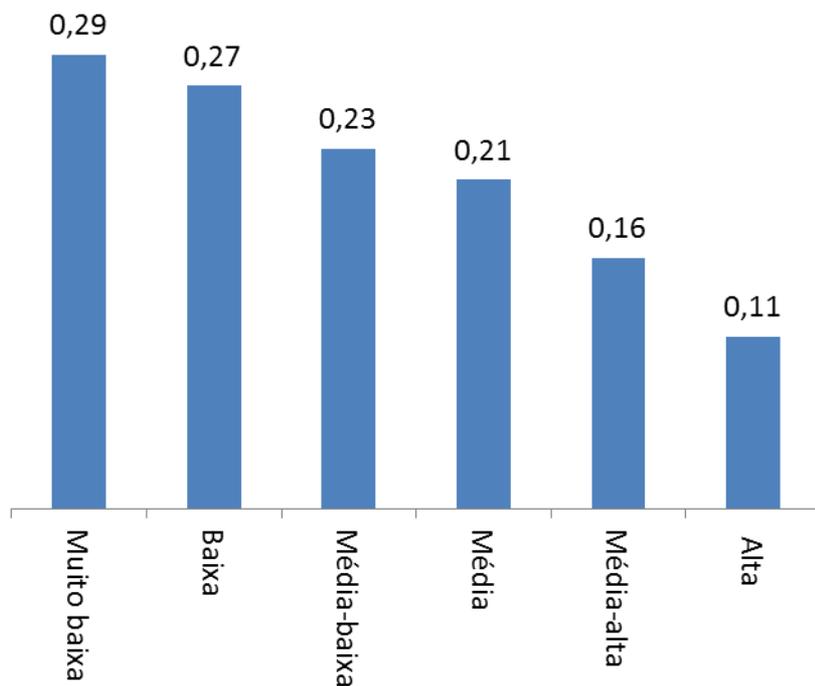
Grupo	2017	Impacto (p.p.)
Inflação geral	2,95	2,95
Taxa de água e esgoto	10,52	0,17

IPCA - Variações e impactos por grupos - 2016 e 2017

Grupo	Variação (%)		Impacto (p.p.)	
	2016	2017	2016	2017
Índice Geral	6,29	2,95	6,29	2,95
Alimentação e Bebidas	8,62	-1,87	2,17	-0,48
Habitação	2,85	6,26	0,45	0,95
Artigos de Residência	3,41	-1,48	0,14	-0,06
Vestuário	3,55	2,88	0,22	0,17
Transportes	4,22	4,1	0,78	0,74
Saúde e Cuidados Pessoais	11,04	6,52	1,23	0,76
Despesas Pessoais	8	4,39	0,85	0,47
Educação	8,86	7,11	0,4	0,33
Comunicação	1,27	1,76	0,05	0,07

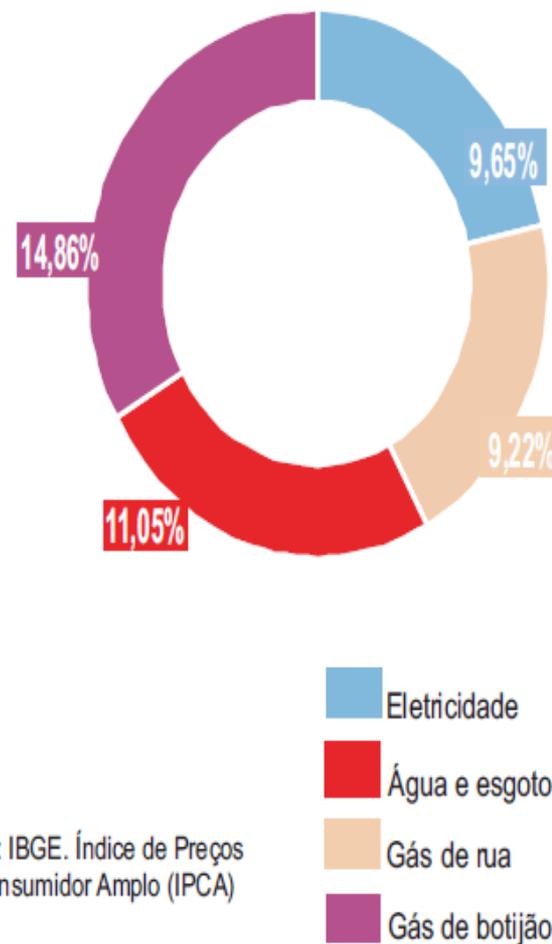
Variação e impacto dos preços dos serviços públicos Brasil, novembro 2017

Impacto em p.p. da inflação de habitação, por faixa de renda, nov.17, IPCA (var.0,28%) e hab. (var.1,27%)



Fonte: IPEA

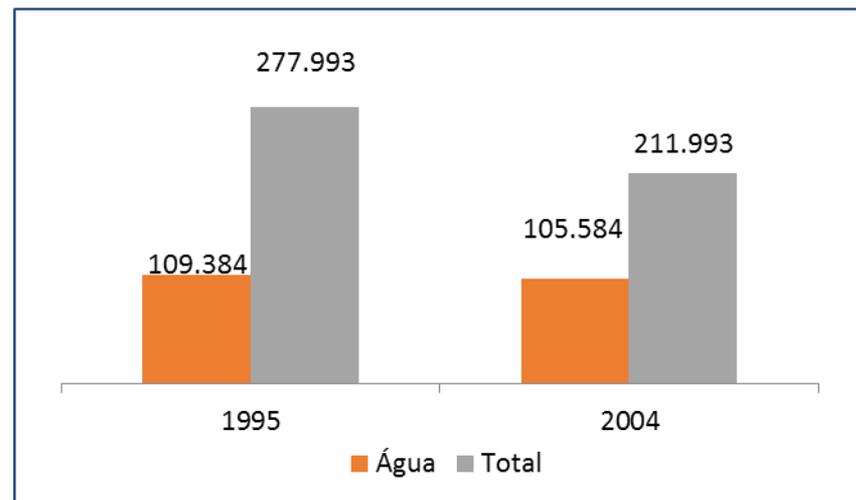
IPCA serviços públicos, acumulado em 12 meses, nov.17, Brasil



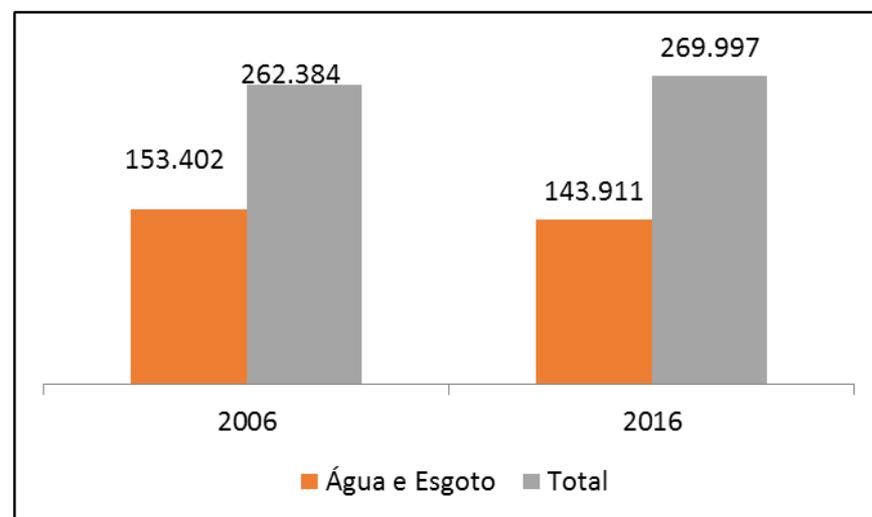
Fonte: IBGE. Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)

Urbanitários – evolução do emprego formal, 1995-2004, 2006-2014

	1995	2004	Δ%
Água	109.384	105.584	-3%
Total	281.322	213.993	-24%



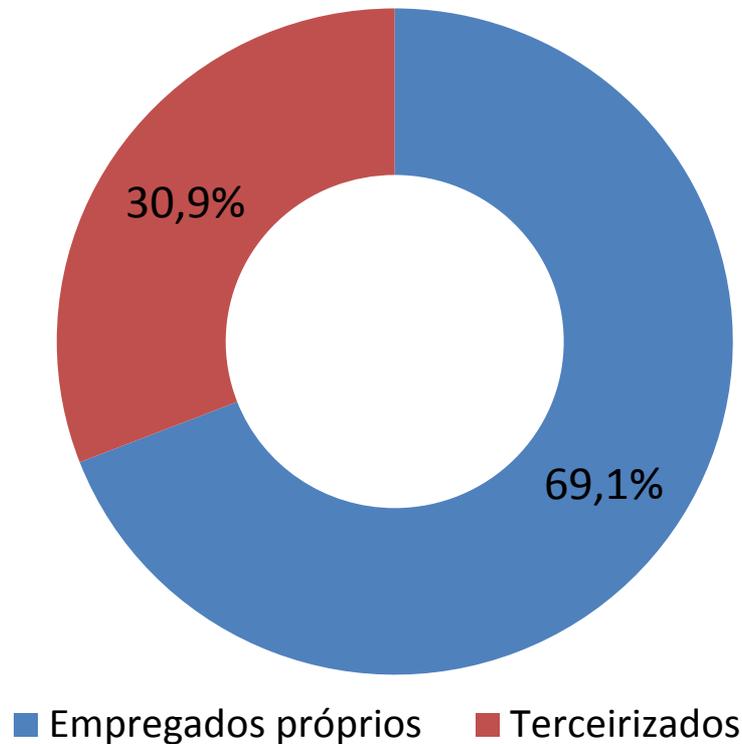
	2006	2016	Δ%
Água e Esgoto	153.402	143.911	-6%
Total	262.384	269.997	3%



Fonte: MTE, RAIS (1995-2004 CNAE 1.0 - Classificação antiga).

Composição da força de trabalho nas CESBs

Quantidade equivalente de pessoal total nas CESBs,
em 2014, 125 mil empregados



Fonte: SNIS

Composição da força de trabalho nas CESBs, 2014

Sigla do Prestador	Empregados próprios	Quant. equivalente de pessoal total *	Tercerizados	% de empregados próprios	Sigla do Prestador	Empregados próprios	Quant. equivalente de pessoal total*	Tercerizados	% de empregados próprios
COPANOR (MG)	267	273	6	98%	DESO (SE)	1.411	1.900	489	74%
ATS (TO)	190	197	7	96%	SANEATINS (TO)	1.190	1.670	480	71%
COSAMA (AM)	153	165	12	93%	AGESPISA (PI)	1.414	1.993	579	71%
CAER (RR)	607	659	52	92%	CEDAE (RJ)	6.596	9.387	2.791	70%
CORSAN (RS)	5.554	6.143	589	90%	COSANPA (PA)	1.309	1.940	631	67%
CAERD (RO)	706	808	102	87%	SANEPAR (PR)	7.385	11.196	3.811	66%
SANEAGO (GO)	5.086	5.905	819	86%	DEPASA (AC)	242	388	146	62%
CAGEPA (PB)	3.303	3.867	564	85%	SABESP (SP)	14.753	23.649	8.896	62%
CAESB (BSB)	2.592	3.327	735	78%	SANESUL (MS)	1.334	2.163	829	62%
COPASA (MG)	12.544	16.171	3627	78%	CAGECE (CE)	1.709	2.830	1.121	60%
CASAN (SC)	2.500	3.265	765	77%	CASAL (AL)	1.193	2.095	902	57%
CAESA (AP)	373	496	123	75%	CESAN (ES)	1.529	2.863	1.334	53%
CAERN (RN)	2.181	2.906	725	75%	EMBASA (BA)	4.675	8.941	4.266	52%
CAEMA (MA)	2.111	2.840	729	74%	COMPESA (PE)	3.379	6.755	3.376	50%
TOTAL	38.167	47.022	8.855		TOTAL	48.119	77.770	29.651	

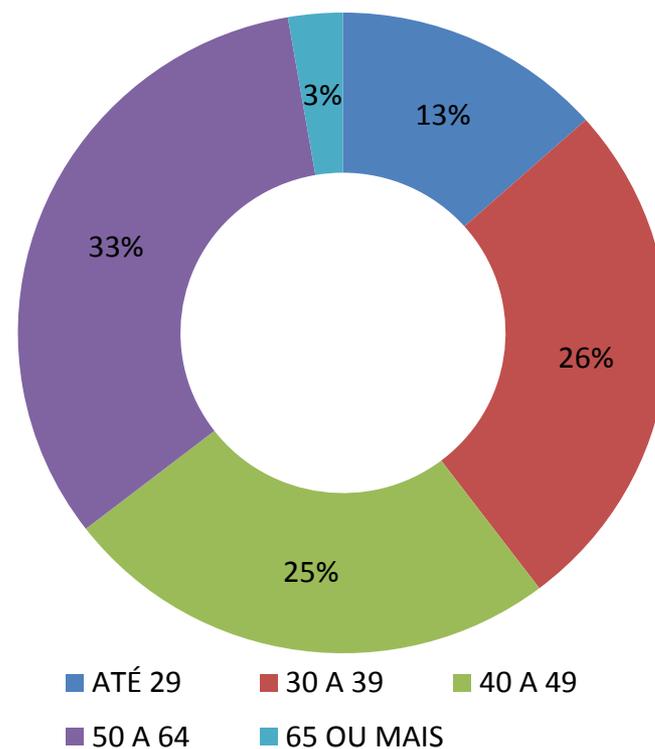
Fonte: Ministério das Cidades, SNIS 2014. (Nota: Indicadores FN026/IN016).

Saneamento - distribuição do emprego por regiões e faixa etária

Número, distribuição e evolução do emprego formal no setor de água e esgoto, segundo Regiões Geográficas, Brasil, 2006 – 2016

Brasil e Grandes Regiões	2006		2016		Variação 2016/2006	
	nº	%	nº	%	nº	%
Norte	7.038	4,6	8.358	5,8	1.320	18,7
Nordeste	30.443	19,8	29.073	20,2	-1.370	-4,5
Centro-Oeste	11.086	7,2	14.429	10,0	3.343	30,1
Sudeste	81.484	53,1	67.745	47,0	-13.739	-16,9
Sul	23.351	15,2	24.306	16,8	955	0,4
BRASIL	153.402	100,0	143.911	100,0	-9.491	-6,2

Distribuição dos vínculos ativos no setor de água e esgoto, segundo faixa etária, Brasil- 2016



Número de Acidentes de Trabalho com óbito ou incapacidade permanente, segundo modalidades de acidentes

Brasil - 2012-2014

Atividades de Água e Esgotamento Sanitário	Acidentes com óbito			Acidentes com incapacidade permanente		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014
Captação, tratamento e distribuição de água	14	10	18	49	44	44
Esgoto e Atividades relacionadas	1	5	4	17	13	16
Total	15	15	22	66	57	60